

PF indicia diretor-geral sobre 'Abin paralela'

Relatório aponta responsabilidades de Ramagem e Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

A Polícia Federal concluiu e encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta terça-feira (17), o inquérito que apura a existência de uma estrutura paralela de espionagem ilegal operando dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O inquérito está sob sigilo, mas as informações apuradas, não oficiais, indicam o indiciamento de 35 pessoas, incluindo membros da atual administração da agência, como o diretor-geral Luiz Fernando Corrêa e o vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-gestor.

De acordo com as informações apuradas, o relatório apontaria para as responsabilidades do ex-presidente Jair Bolsonaro e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) — que à época comandava a Abin. Como, porém, eles já estão incluídos como réu na ação penal sobre golpe de Estado, que também menciona a existência da "Abin paralela", não teriam sido indiciados novamente agora.

Segundo as investigações, agentes da Abin, em parceria com policiais federais cedidos ao órgão, formaram uma organização criminosa com o objetivo de promover monitoramentos ilegais de autoridades públicas. As ferramentas tecnológicas utilizadas também teriam servido para a disseminação de informações falsas durante o processo eleitoral.

Entre os alvos do esquema de vigilância estão ministros do STF — Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux —, além de



Valter Campanato/Agência Brasil

PF afirma que Bolsonaro se beneficiava da Abin paralela, comandada por Ramagem

políticos, como o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), Randolfe Rodrigues (PT-AP), Alessandro Vieira (MDB-SE). Alguns jornalistas, inclusive, foram observados. Os sistemas também teriam sido empregados para a criação e propagação de notícias falsas sobre o processo eleitoral brasileiro.

Investigação

A investigação teve início em outubro de 2023, com o lançamento da Operação Última Milha, que expôs o uso extensivo de um sistema de espionagem desenvolvido por uma empresa israelense. Batizada em alusão ao software FirstMile, a operação revelou que a ferramenta, voltada para rastreamento de celulares, foi acionada cerca de 60 mil vezes pela Abin entre 2019 e 2023 — sendo o auge de sua utilização registrado em 2020, ano marcado pelas eleições municipais.

Um dos episódios levantados pela PF envolve uma suposta operação para obtenção de informações sigilosas de autoridades paraguaias, diretamente relacionadas às negociações das tarifas de fornecimento de energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu — historicamente, o Brasil compra do Paraguai parte da energia gerada na usina. Se confirmada, a ação ocorreu fora dos trâmites legais de cooperação internacional.

"Motivação política"

Em resposta ao caso, o deputado Ramagem criticou a investigação, classificando-a como uma "criatividade enredada à imprensa" que, segundo ele, desestabiliza a inteligência de Estado. Já Carlos Bolsonaro afirmou que o indiciamento tem motivação política: "Alguém tinha alguma dúvida que a PF do Lula faria isso comigo? Justificativa? Creio que os senhores já sabem: eleições em 2026? Acho que não!

É só coincidência!", escreveu o vereador na plataforma X (antigo Twitter). O Correio da Manhã tentou contato com a Abin, mas sem sucesso.

Com o encerramento da fase policial, o inquérito foi encaminhado ao ministro relator no STF, que o enviará à Procuradoria-Geral da República (PGR). O Ministério Público terá 15 dias para decidir sobre os próximos passos.

Acareação

Com a fase dos interrogatórios do "núcleo crucial" da ação penal finalizada, o ministro Alexandre de Moraes, que relata o processo, marcou duas careações para a manhã da próxima terça-feira (24). A primeira será entre os réus tenente-coronel Mauro Cid e general Walter Braga Netto, e a segunda entre o réu e ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, e o ex-comandante do Exército, general Freire Gomes, que é testemunha na ação.

CORREIO BASTIDORES

POR TALES FARIA (interino)

Marcelo Casal - Agência Brasil



Ciro deve deixar o PDT e voltar ao PSDB

Falta PSDB decidir se Ceará ou Brasília: Giro Gomes vem aí

O PSDB prepara a refiliação ao partido, em grande estilo, do ex-governador do Ceará Giro Gomes, que também foi ministro da Fazenda e da Saúde.

A princípio, Giro deve concorrer ao governo do Ceará. A ideia é romper a polarização no estado entre petistas e bolsonaristas.

Ciro vai poder dizer que é "um autêntico social-democrata", como um dia foi o PSDB, antes

de o partido dar uma guinada para a direita.

Os tucanos não descartam a ideia de fazer de Giro o candidato a presidente da República em 2026. Depende dele próprio e de como estará a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ciro tem dito que não quer ser candidato, afinal já perdeu tantas eleições para presidente.

Terceira via

No PSDB, há quem avalie que Giro Gomes pode ser colocado como a opção de terceira via, com eleitores em ambos os lados. Teria menos resistência à direita e à esquerda do que, respectivamente, Lula e Bolsonaro.

É uma incógnita. Não foi testada nas pesquisas.

E o Tarcísio?

Outro problema para a eventual candidatura de Giro Gomes é o governador de São Paulo. Se Bolsonaro ungi-lo candidato, fecha-se o caminho para Giro. Mas, se Bolsonaro insistir em seus filhos, a avaliação no tucanato é de que Giro pode se tornar o nome da Faria Lima.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Omar Aziz deve presidir a CPMI

Randolfe: 'Força total na CPMI do INSS, sem subestimar'

A oposição aposta todas suas fichas na Comissão Parlamentar Mista (CPMI) do INSS para o segundo semestre deste ano.

A ideia é que a CPMI tem todos os ingredientes para minar a popularidade do presidente Lula.

Por isso os bolsonaristas fizeram de tudo e conseguiram arrancar do presidente do Congresso, Davi

Alcolumbre (União-AP), a instauração da comissão.

O centrão aproveitará para cobrar mais caro o apoio aos dois lados.

O líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse à coluna que o Planalto escalará "o time principal" para a CPMI: "Vamos entrar com força total em campo. Sem subestimar o adversário."

Dino na CPI

Por recomendação da PGR, o ministro do STF Flávio Dino restabeleceu validade de um relatório do Coaf anulado pela Justiça Federal de São Paulo. O relatório trata de fraudes no INSS que aliados do governo federal já pretendem integrar às investigações da nova CPMI.

Aziz preside

Quando ao comando da CPMI, está praticamente acertado com Alcolumbre que a vaga é do senador Omar Aziz (PSD-AM).

Aziz presidiu a CPMI da Covid. Atuou como um verdadeiro paredão contra o bolsonarismo. A expectativa é que atue de forma semelhante agora.

Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes foi eleito presidente da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. Ficará um ano no cargo. A 2ª Turma é integrada, além dele, pelos ministros Edson Fachin - a quem Gilmar sucede - Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques.

Nada Muda

A descoberta de mensagens trocadas entre Mauro Cid e um advogado de outro envolvido nas investigações de golpe de Estado não deve mudar quase nada no processo.

Foi o que disse à coluna um ministro do Supremo Tribunal Federal: "Sem grandes consequências"

Motta promete alternativa à anistia pelo 8 de janeiro

Por Karoline Cavalcante

Em meio às expectativas do campo oposicionista sobre a apresentação de um Projeto de Lei (PL) alternativo para conceder anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes — a realização de um acordo ainda caminha em passos lentos para acontecer.

A articulação das últimas semanas resultou na promessa do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em oferecer um texto substitutivo ao já entregue pelo Partido Liberal, conforme divulgado pelo jornal O Globo. Ainda segundo a reportagem, Motta avalia designar a relatoria de tal projeto a um deputado do Centrão. O objetivo é aumentar as chances de um consenso e de pacificar a questão, que já é alvo de profundas críticas por parte da base governista.

Anistia

No início do mês de abril, o líder da sigla, deputado Sósthenes Cavalcante (PL-RJ), declarou que o requerimento de urgência ao projeto já havia alcançado as 257 assinaturas necessárias para que fosse pautado em plenário. Parlamentares da oposição já chegaram a apresentar obstrução na Casa — recurso regimental para impedir ou atrasar a tramitação de



Lula Marques/Agência Brasil

Motta quer esperar clima mais calmo no Congresso

matérias — de forma completa, enquanto não houvesse celeridade no tema.

Inicialmente, o texto previa uma anistia "ampla, geral e irrestrita", em uma tentativa de beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por supostamente participar de uma tentativa de golpe de Estado, em 2022. À época, o líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, Lindbergh Farias (PL-RJ), classificou o projeto como "uma aberração contra a democracia" e uma "verdadeira obstrução à Justiça". Com a progressão do jul-

gamento e o desacordo sobre o tema, porém, Sósthenes entregou em maio uma nova alternativa. Nesta, o perdão era concedido somente aqueles que participaram presencialmente dos ataques.

Neste âmbito, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), também entrou em cena e já chegou a sugerir uma alternativa para diminuir as penas de réus envolvidos em crimes de menor gravidade em conformidade ao texto do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). No entanto, até o momento, a iniciativa não foi para frente.

Momento certo

O entendimento de Motta, então, é pelo encontro do melhor momento para retomar o assunto, já que o Palácio do Planalto vem enfrentando uma série de conflitos com o Congresso Nacional, a tirar pela leitura do presidente do Senado do requerimento que cria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os descontos ilegais nas folhas de benefício de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nesta terça-feira (17).

O escândalo foi o mais forte enfrentado pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que instruiu a sua equipe a resolver e ressarcir os lesados o mais rápido possível, ainda que inicialmente utilizando o orçamento da União. Isso porque há uma preocupação interna em não levar esse tema para frente, principalmente com as eleições federais se aproximando e a percepção positiva do governo apresentando uma queda nas pesquisas mais recentes.

Para além dessa questão, na última segunda-feira (16), a Câmara aprovou por larga margem o regime de urgência ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 314/25, que visa suspender o novo decreto do Executivo com as alternativas para o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A tendência é que as medidas do governo sejam derrubadas quando o PDL for à votação.